

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.156 - PR (2018/0105387-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **CÍCERO DE CARVALHO**  
**RECORRENTE** : **CICERO DE CARVALHO FARINHA**  
**ADVOGADO** : **FELIPE RUFATTO VIEIRA TAVARES E OUTRO(S) - PR043299**  
**RECORRIDO** : **ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS** : **LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438**  
**BRUNA DA CUNHA DELALIBERA E OUTRO(S) - PR066957**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 354 DO CÓDIGO CIVIL. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DOS JUROS. TAXAS E TARIFAS BANCÁRIAS.

1. O acolhimento da pretensão recursal quanto à violação ao art. 354 do Código Civil importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ).
2. Na linha de recente precedente julgado pela Segunda Seção desta Corte, dando nova interpretação ao art. 591 do CC/2002, consolidou-se entendimento no sentido de que mesmo a capitalização anual deve ser pactuada de modo expresso para ser admitida.
3. Recurso a que se nega provimento.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por CÍCERO DE CARVALHO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE VALORES C/C REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - JUROS REMUNERATÓRIOS - COBRANÇA DE TARIFAS - TEORIA DA SUPRESSIO. INAPLICABILIDADE - IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354, DO CC - CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS - TAXA SELIC - ÔNUS SUCUMBENCIAL. READEQUAÇÃO - HONORÁRIOS RECURSAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, § 11º, DO CPC/2015 - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. Os juros remuneratórios incidem à taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, quando verificada a abusividade do percentual contratado ou a ausência de contratação expressa.

2. A cobrança de tarifas bancárias pela prestação de serviços por instituição financeira deve ser prevista no contrato, ainda que de forma genérica (Súmula 44, TJPR) .
3. Existindo débitos em conta corrente que, mesmo não expressamente autorizados, tenham decorrido de movimentação financeira em proveito do próprio correntista, não há que falar em ilicitude, sob pena de enriquecimento sem causa.
4. É inaplicável a teoria da supressio às instituições financeiras, porquanto seu dever de informação de forma clara e adequada sobre os serviços prestados aos correntistas decorre de expressa previsão legal (CDC) .
5. Tendo em vista que a utilização do art. 354 do Código Civil não implica, automaticamente, em capitalização de juros, possível sua aplicação em fase de liquidação de sentença.
6. A capitalização de juros é possível quando i) expressamente prevista no contrato; ii) tacitamente prevista (taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal); iii) autorizada legalmente, em iv) periodicidade mensal, v) nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n.º 167/67 e Decreto-lei n.º 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da MP n.º 1.963-17/2000, reeditada pela MP n.º 2.170-36/2001 (STJ, AgRg no Resp 1250519/RS - Rel. Min. SIDNEI BENETI, 09/10/2012 e Segunda Seção, Resp n.º 973827/RS, Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 24/09/2012), sendo exigida a prévia pactuação inclusive para a periodicidade anual.
7. Segundo entendimento consolidado pelo Colando Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1111117/PR, submetido à sistemática de recursos repetitivos, é possível a aplicação da taxa Selic como forma de atualização do indébito a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002.
8. Nos termos do que dispõe o art. 85, § 11\*, do CPC/2015, ao julgar recurso, deve o Tribunal majorar os honorários advocatícios, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal.
9. Apelação cível conhecida e parcialmente provida.

Opostos embargos de declaração (fls. 725/729), os mesmos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 746/755), o recorrente alega, além da divergência jurisprudencial, violação aos arts. 354 e 1062 do CC, bem como dos arts. 6º, VIII e 46 do CDC.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 762/766.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 768/769).

É o relatório.

Decido.

2 De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada antes da

entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG, Quarta Turma, Julgado em 5/4/2016).

3. Quanto à capitalização anual de juros e a imputação do pagamento, também não prospera o inconformismo.

3.1 Na origem, a parte recorrente aduziu a aplicação da regra da imputação do pagamento para afastar a capitalização de juros.

Todavia, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, consignou que os cálculos devidamente elaborados pela perícia contábil atesta a ocorrência de indevida capitalização mensal dos juros (fls. 1.022-1.023).

Rever esta conclusão ensejaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela teor da Súmula 7 do STJ.

3.2 Ademais, em relação à alegada possibilidade de capitalização anual de juros independente de contratação, não merece amparo a pretensão da parte recorrente.

A Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial n. 1.061.530/RS, representativo de controvérsia repetitiva, nos termos do art. 543-C do CPC/73, assentou a inaplicabilidade do art. 591 do CC nos contratos de mútuo bancário. O julgado foi assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO.

Constatada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, foi instaurado o incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao Código de Defesa do Consumidor, nos termos da ADI n.º 2.591-1. Exceto: cédulas de crédito rural, industrial, bancária e comercial; contratos celebrados por cooperativas de crédito; contratos regidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, bem como os de crédito consignado. Para os efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. PRELIMINAR O Parecer do MPF opinou pela suspensão do recurso até o julgamento definitivo da ADI 2.316/DF. Preliminar rejeitada ante a presunção de constitucionalidade do art. 5º da MP n.º 1.963-17/00, reeditada sob o n.º 2.170-36/01. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE

CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. [...] Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, para declarar a legalidade da cobrança dos juros remuneratórios, como pactuados, e ainda decotar do julgamento as disposições de ofício. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

Seguindo essa orientação, as Turmas de Direito Privado já se manifestaram que, não obstante a permissão da capitalização anual dos juros nos contratos bancários, a lei não afasta a necessidade de pactuação expressa. Nesse sentido:

-----  
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. NECESSIDADE DE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COMPREENSÃO FIRMADA PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE. 2. ALEGAÇÃO NÃO ENFRENTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. 3. RECURSO IMPROVIDO.

**1. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do AgRg no AREsp n.429.029/PR, decidiu que a cobrança da capitalização anual de juros nos contratos bancários depende de previsão contratual expressa.**

2. A análise de questão formulada no recurso especial somente é possível nesta Casa se constatado o devido prequestionamento, o que não se verifica na hipótese. Incidência do enunciado n. 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por simetria.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1502771/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 30/08/2016).

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - SEGUNDA FASE - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO NÃO EXIBIDO - TRIBUNAL A QUO QUE AFIRMA SER NECESSÁRIA A EXPRESSA PACTUAÇÃO PARA A COBRANÇA DO ENCARGO CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - IRRESIGNAÇÃO DA CASA

BANCÁRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - ÓRGÃO COLEGIADO DA QUARTA TURMA AFETANDO O JULGAMENTO DO RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL À SEGUNDA SEÇÃO.

Hipótese: Possibilidade de cobrança de capitalização anual de juros independentemente de expressa pactuação entre as partes

1. A despeito de a demanda ter se iniciado como ação de prestação de contas, o feito já está em sua segunda fase procedimental, na qual prepondera verdadeira pretensão revisional do contrato. Não tendo qualquer das partes promovido irrisignação sobre esse ponto, inviável é a extinção da demanda, sob pena de violação ao princípio da *non reformatio in pejus*.

2. A capitalização de juros consiste na incorporação dos juros ao capital ao final de cada período de contagem.

3. O retrospecto histórico do ordenamento jurídico pátrio acerca da regência legal da capitalização de juros denota que desde tempos remotos é proibido contar juros sobre juros, permitida a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano.

4. Com a evolução, passou-se a admitir a cobrança de juros sobre juros em contratos outros, desde que houvesse lei especial regulatória, bem ainda, prévio ajuste do encargo.

5. Tendo em vista que **nos contratos bancários é aplicável o Código de Defesa do Consumidor (súmula 297/STJ), a incidência da capitalização anual de juros não é automática, devendo ser expressamente pactuada**, visto que, ante o princípio da boa-fé contratual e a hipossuficiência do consumidor, esse não pode ser cobrado por encargo sequer previsto contratualmente.

6. **A jurisprudência consolidada nesta Corte Superior é no sentido de que a cobrança de juros capitalizados em periodicidade anual nos contratos de mútuo firmado com instituições financeiras é permitida quando houver expressa pactuação. Precedentes.**

7. Na hipótese, não colacionado aos autos o contrato firmado entre as partes, inviável presumir o ajuste do encargo.

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 429.029/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/03/2016, REPDJe 18/04/2016, DJe 14/04/2016).

-----  
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 DO CC/2002. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO CALCADO EM PROVA PERICIAL. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. CAPITALIZAÇÃO ANUAL. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A revisão da questão relativa à imputação do pagamento, no presente caso, demandaria o revolvimento de matéria probatória, interditada nesta sede recursal por força do óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. **Segundo a jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, a**

**cobrança de juros capitalizados em periodicidade anual nos contratos de mútuo firmado com instituições financeiras é permitida quando houver expressa pactuação neste sentido.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 457.312/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 16/05/2014).

-----  
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1.- De acordo com o entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, a **pactuação da capitalização dos juros é exigida inclusive para a periodicidade anual.**

2.- O agravo não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1417659/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 13/03/2014).

-----  
AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 182 DO STJ E 284 DO STF. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ILICITUDE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. CRITÉRIO DE EQUIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INEXISTENTE.

1. Aplicam-se as Súmulas ns. 182 do STJ e 284 do STF na hipótese em que a argumentação veiculada no recurso não guarda correlação com o fundamento utilizado na decisão recorrida.

2. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o n. 2.170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros desde que expressamente prevista no ajuste. 3. **É permitida a capitalização anual dos juros, desde que expressamente convencionada, nos contratos bancários celebrados com instituições financeiras.**

4. Na ação revisional, em que se pretende a declaração de nulidade de cláusulas abusivas e a repetição do indébito, a estipulação da verba honorária segue a norma prevista no artigo 20, § 4º, do CPC. Dessa forma, o magistrado deverá fixar a verba honorária após apreciação equitativa, podendo arbitrar valor fixo, visto que a fixação não está atrelada ao valor da causa.

5. Agravos regimentais desprovidos.

(AgRg nos EDcl nos EDcl no Ag 833669/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2009, DJe 18/12/2009).

-----  
Importa registrar que, embora até recentemente se adotasse o entendimento de que a capitalização anual independeria de expressa contratação, na linha de recente precedente julgado pela Segunda Seção desta Corte (AgRg no AREsp n. 429.029/PR,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Relator Ministro MARCO BUZZI, julgado em 9/3/2016, DJe 14/04/2016), dando nova interpretação ao art. 591 do CC/2002, consolidou-se entendimento no sentido de que mesmo a capitalização anual deve ser pactuada de modo expresse para ser admitida.

Desse modo, não merece amparo a pretensão da parte recorrente.

4. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator